



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº. 01/2011

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
28.02.2011**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h30 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes substituições e faltas: -----

O Membro Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Adão Francisco de Almeida Azevedo (PS).-----

O Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura (PSJF) foi substituído pelo seu Tesoureiro José Maria Marques da Costa (PSJF).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 17 de Dezembro de 2010, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria** (1 abstenção do membro Andreia Marisa Sequeira Pinto Fontão - PS).-----

B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS; -----

Verificaram-se as seguinte intervenções: -----



Presidente da Mesa da Assembleia Municipal – Prestou algumas informações sobre uma reunião em que esteve presente no ACES – Baixo Tâmega.-----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Foi presente um voto de pesar subscrito por ambos os Grupos Municipais, em virtude do falecimento do Senhor Henrique Manuel de Almeida Matos, pai do membro da Assembleia Municipal Senhor Marco Jacinto Matos, endereçando à sua família as suas mais profundas condolências.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.**-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Apresentou o seguinte voto de recomendação:-----

“Considerando que o Externato D. Afonso Henriques é uma instituição de ensino de referência no concelho de Resende e na região; Considerando que esta instituição foi durante muito tempo a única resposta educativa de serviço público, em certos níveis, no concelho; Considerando que o Externato D. Afonso Henriques, com o seu projecto educativo, tem contribuído para a formação de centenas e centenas de jovens resendenses, com os resultados que lhe são reconhecidos; Considerando que o Externato D. Afonso Henriques desempenha ainda hoje um papel importante na oferta de ensino no concelho; A Assembleia Municipal de Resende recomende ao Governo que, em futuras negociações, tenha em consideração os serviços prestados pelo Externato D. Afonso Henriques ao ensino e à instrução nesta região e tenha em conta as legítimas expectativas dos responsáveis do estabelecimento de ensino de que continuem a ser garantidas as condições necessárias e suficientes para a existência do seu projecto educativo.”-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que a sua bancada subscrevia esta proposta e deu nota de que na última sessão da Assembleia Municipal a sua bancada também apresentou uma proposta de teor semelhante, proposta esta que só não foi sujeita a votação porque o Senhor Presidente da Câmara disse que a iniciativa seria prejudicial, tendo em conta que estava em conversações com o Senhor Director do Externato. Sobre este assunto informou que a sua bancada e o seu partido mantêm as preocupações iniciais quanto ao futuro do Externato, instituição de referência do ensino na nossa região, tendo recentemente visitado as instalações deste estabelecimento, em conjunto com os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Viseu.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a recomendação.**-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte moção relativa às SCUT's:-----

“À data da próxima reunião deste órgão, no mês de Abril, estará já em vigor o pagamento de portagens nas SCUT's do interior, pelos seus utilizadores, em especial a A24, no que aos Resendenses mais directamente diz respeito, caso não reclamemos uma posição de discriminação positiva a que, defendemos ter legitimamente direito. Aquando da discussão sobre um eventual regime de isenções, em meados do ano transacto, o Partido Social Democrata de Resende venceu a



sua posição através de comunicado, reivindicando a isenção de pagamento, sustentando que os Resendenses não podiam ser duplamente penalizados. Na altura, o argumento utilizado e que se mantém plenamente válido, é que não estamos ainda, população local e empresas, nas mesmas condições de igualdade de acesso à rede rodoviária principal, em especial na ligação à nossa sede de distrito. A A24 é um eixo rodoviário estruturante na transição entre a região do Douro e das Beiras e é utilizada diariamente pelos Resendenses em movimentos pendulares da nossa população trabalhadora e estudantil. Desta via dependemos também para o desenvolvimento e para a tão apregoada “coesão territorial”. No tempo que corre de extrema crise económica e social, a um Resendense, uma viagem de ida e volta a Viseu (por exemplo) importará, segundo cálculo efectuado com base no preço anunciado por quilómetro, em, aproximadamente, seis euros e trinta cêntimos. Todos sabemos também, que Resende continua a ter uma das piores situações a nível nacional no que respeita às acessibilidades e conexões intermunicipais e que, enquanto aguardamos pela construção da Estrada Nacional 222-2 que nos ligará ao nó de Bigorne, continuaremos a ter que utilizar uma velha estrada municipal para o fazer, e por isso, em condições de desigualdade com outros concelhos e territórios também do interior. Esta desproporcionalidade é, no nosso entendimento, factor suficiente para fragilizar o cumprimento de um princípio de solidariedade com todas as populações afectadas com esta situação de pagamento das SCUT's. Mais, e antecipando desde já uma resposta à crítica fácil, também não estamos com desviar-nos de um princípio de “utilizador-pagador”, que defendemos e que foi assumida pelo partido que nos suporta. No entanto, este mesmo princípio só pode ser aplicado, quando se verificarem estabilizadas as mesmas condições de igualdade entre utilizadores, o que não é claramente este caso. São públicas e recentes, as notícias de conversações entre a tutela, através do Sr. Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas e as autarquias. Estes encontros têm tido por motivo principal, a discussão sobre a localização dos pórticos de controlo de taxação da utilização das vias. Considerando o exposto, que pensamos ser de interpretação consensual por todos os membros deste órgão, e considerando o momento, a bancada do Partido Social Democrata propõe a ser subscrita por esta assembleia e a enviar ao responsável máximo pelo assunto, uma tomada de posição sobre um pedido de isenção do pagamento de portagens na A24, fundamentado numa condição que julgamos ser do maior equilíbrio com o que são as pretensões e objectivos do Estado e o superior interesse da nossa população. A condição é simples e justa: Enquanto que não estiver concluída e a funcionar no terreno o traçado integral da Estrada Nacional 222-2, Resende-Bigorne, os Resendenses deverão ficar isentos de pagar, de forma generalizada, as portagens na A24.”-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Quanto a esta intervenção referiu que o assunto já foi objecto de discussão numa sessão anterior, mantendo-se inalterada a posição assumida na altura pela sua bancada, ou seja, embora a solução encontrada não seja a ideal, parece-lhe que em face do acordo obtido entre os dois maiores partidos (PS e PSD), o regime de isenções que foi aprovado – as 10 primeiras passagens mensais gratuitas e as demais sujeitas a um desconto de 15% - é um regime equilibrado.-----



Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que no fundo o que o seu colega da bancada socialista manifestou foi a sua concordância com o princípio do “utilizador-pagador” e com o regime de isenções subscrito pelo PS e PSD. Referiu ainda que o PSD de Resende não tem por hábito ir a reboque do que são as instruções dos partidos a nível nacional quando estão em causa os superiores interesses da população de Resende e que a sua bancada também defende aquele princípio quando estão criadas as condições de igualdade, o que não é o caso, por comparação com os nossos concelhos vizinhos.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (27 votos contra da bancada do PS), reprovar a moção.**-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte proposta:-----

“Todos temos a noção do potencial natural e paisagístico do nosso concelhio. As características físicas e ambientais do nosso território são atractivos para diversas práticas lúdico-desportivas e turísticas, que não devem apenas esgotar-se no nosso mais forte recurso natural que é o rio Douro. A restante paisagem é marcada por diversos vales de afluentes, várzeas, planaltos, todos interligados por uma rede de caminhos vicinais ancestrais, que as alternativas rodoviárias e o abandono da prática agrícola, têm vetado ao esquecimento. Muitos desses caminhos atravessam contextos paisagísticos extraordinários, acompanhando os nossos ribeiros, ligando povoações serranas, cruzando campos agrícolas, terrenos baldios e são, muitas das vezes já, o único vestígio no terreno das antigas vivências das nossas populações e das suas relações de vizinhança em comunidade. Sabemos, como inevitável, da perda de importância desses caminhos na sua função principal, mas em contrapartida, detêm um potencial como espaço para novas utilizações que interessa realçar. O Pedestrianismo ou os Percursos Pedestres é uma actividade cada vez com mais utilizadores pelo país fora, interligando em perfeita simbiose as áreas do Turismo, Desporto e Ambiente. Os percursos interpretativos ou culturais permitem a observação privilegiada do meio. A geologia e a geomorfologia, a fauna e a flora, a história e a arqueologia ou a arquitectura e o artesanato, as possibilidades são inúmeras. O pedestrianismo pratica-se, regra geral, em caminhos tradicionais e antigos, que merecem ser preservados, por serem um meio privilegiado de contacto com a natureza e de interpretação do meio ambiente promovendo o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza. É pois uma actividade que consiste em percorrer percursos a pé ao longo de caminhos e trilhos e, ao contrário de outras actividades de ar livre, não envolve grandes dificuldades técnicas. Para além disso, é uma actividade que envolve não só a sua utilização espontânea, mas sobretudo a sua utilização por grupos heterogéneos organizados, com programas bem definidos, que permanecem nos locais muitas das vezes por diversos dias, constituindo assim, principalmente para as nossas pequenas comunidades rurais mas não só, uma fonte de financiamento às pequenas actividades locais ligadas directa ou indirectamente ao turismo. Os percursos pedestres devidamente marcados, em áreas de grande interesse, promovidos e monitorizados com vista à sua manutenção, tornam-se apetecíveis como produtos de turismo activo, dignificam os promotores e contribuem para o desenvolvimento sócio - económico das regiões onde se encontram implantados. Resende tem condições excepcionais de



oferta para esta área, distintas de outras regiões que já a rentabilizam. Faltarão a criação de condições básicas para essa disponibilização e que, a conjuntura de oportunidade que o actual quadro comunitário de apoio oferece, em especial o consagrado nas medidas do PRODER, poderá, com um esforço financeiro equilibrado, poderá resolver. Pelo exposto, a bancada do Partido Social Democrata propõe ao executivo a criação de uma “Rede Municipal de Percursos Pedestres de Pequena Rota” numa parceria tripartida que envolve a Autarquia, todas as Freguesias do concelho, agentes indispensáveis à implementação e gestão posterior deste projecto; e a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, entidade responsável pela homologação dos percursos e uma das principais entidades dinamizadores da actividade. Para este efeito, poderá recuperar algum do trabalho anteriormente feito no que respeita a inventariação e execução no próprio terreno de sinalização. Consideramos também, que esta poderá ser uma iniciativa que cabe no âmbito das competências da Empresa Municipal TurArêgos, rentabilizando assim os recursos disponíveis por essa estrutura.”-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Deu conta de que o Município já tem alguns percursos definidos, deixando todavia à consideração do Órgão Executivo a necessidade ou não de estabelecer novos percursos e de celebrar protocolos para o efeito.-----

Presidente da Câmara Municipal – Deu nota de que o Município tem já um conjunto de iniciativas e de propostas nestes domínios e que sugeria que este assunto fosse discutido na altura em que verdadeiramente tem consequências, isto é, aquando da discussão do Plano e Orçamento, estando porém ciente de que esta é uma área a explorar e a desenvolver no futuro do concelho.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Lembrou que existem oportunidades de co-financiamento que estão em curso para este tipo de iniciativas, daí a apresentação da proposta nesta altura e não em sede de discussão do Plano e Orçamento.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (27 votos contra da bancada do PS), reprovando a proposta.**-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jorge Cardoso Machado (PS) – Proferiu a seguinte intervenção: “Sobre este ponto, sou convidado a realçar solenemente o conteúdo do mesmo. E porquê? Porque somos brindados com mais uma girândola de Obras, equipamentos e Infra-estruturas estando algumas em fase de conclusão como por exemplo o “ Parque Empresarial de Anreade, a requalificação da Rua General Humberto Delgado e o Posto da GNR”; outros em fase de execução em vários pontos do Concelho como são o caso do “Saneamento Básico e água ao domicílio (que considero e considerarei a mãe de



todas as obras) e o emblemático ou melhor, o nostálgico Estádio de Fornelos” onde brevemente os protagonistas e os amantes do futebol, deliciar-se-ão com a sua operacionalidade e conforto; mau grado ter de sublinhar que este conforto não terá certamente um alcance geral pelas razões sobejamente conhecidas por todos os membros desta Assembleia. Em fase de concurso temos o “Parque Urbano, o Fórum Municipal e o Parque Ambiental do Bernardo” e finalmente em adjudicação o “Centro Escolar de S. Cipriano”, equipamento este que vem não só enriquecer e completar o já moderníssimo parque escolar do nosso concelho, mas também colocar todas as nossas crianças no mesmo patamar de igualdade e oportunidade. Com mais este excelente equipamento educativo concluído, creiam/acreditem Srs. Deputados, que nesta matéria, o nosso concelho ocupa já um lugar de destaque a nível nacional, o que nos deixa obviamente orgulhosos. Mas esse lugar de destaque vai aumentar ainda mais, porque já temos a certeza que no 1º semestre deste ano, a nossa Escola Secundária D. Egas Moniz vai ser requalificada cujo valor base de empreitada será de 12.150.000 €. Meus Senhores e minhas senhoras trata-se pura e simplesmente do maior investimento feito até hoje no nosso concelho. É um investimento histórico mas a sua historicidade ganha ainda mais relevo se pensarmos que ainda estamos debaixo de uma forte crise económico/financeira, mas acreditem mais uma vez, que estes investimentos na nossa terra, não estão a acontecer por acaso. As gerações vindouras agradecer-nos-ão estas dádivas e todo o nosso esforço, porque na realidade se nada fizéssemos (como era apanágio de alguns), nada deixaríamos como herança e correríamos o risco de sermos avaliados como políticos de grau medíocre.”-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Solicitou os seguintes esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara:-----

“1º- O Sr. Presidente na última reunião de Câmara informou o executivo de uma reunião de trabalho com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, sobre algumas questões relacionadas com os serviços do Ministério da Saúde em Resende, designadamente o número de médicos no centro de saúde (e a sua iminente diminuição), a criação de um quadro de incentivo à fixação de jovens médicos e o contributo para a melhoria dos equipamentos existentes, através da disponibilização de uma viatura para serviços domiciliários. Esta bancada louva a iniciativa, a preocupação demonstrada no que respeita à redução do quadro técnico bem como o contributo do município para o encontro de soluções. No entanto, perante as últimas notícias de encerramentos de períodos nocturnos do Serviços de Apoio Permanente em Centros de Saúde similares ao do nosso contexto territorial e administrativo, como por exemplo o de Celorico de Basto, gostaríamos de saber: Se a manutenção deste serviço no nosso Centro de Saúde, foi assunto abordado nas mesmas conversações com o Sr. Secretário de Estado? E se foi dado algum compromisso da tutela em que a situação de encerramento não afectará a nossa população?-----

2º- A outra questão surge a propósito da recente aprovação pela maioria do executivo socialista, do Projecto de Centro Interpretativo da Cereja, a implementar no lugar de Vila Verde em São Martinho de Mouros. Esta bancada tem, para melhor compreensão da nossa interpelação, a fazer a seguinte consideração prévia, que antecipa a questão de fundo: O Museu do Douro, museu que tem por



conceito o território, tem em curso um programa estratégico designado de “Valorização Cultural e Patrimonial da Região Duriense”, co-financiado por fundos comunitários, com o objectivo de, entre outros, contribuir entre agentes culturais do Douro, valorizando o património regional. Das acções contempladas, prevê-se a criação e dinamização de núcleos do Museu, entre os quais, o Núcleo da Cereja em Resende, cujo objecto foi já alvo de um protocolo aprovado e celebrado entre esta autarquia e o Museu. Considerando que os objectivos da recente iniciativa da Câmara preconizados nos Centro Interpretativo da Cereja, consagrados nos respectivos documentos que a suportam, gostaria esta bancada de colher o esclarecimento, se os mesmos foram estabelecidos em consonância com o projecto que o Museu do Douro tem em curso e em respeito do protocolado?”---

Presidente da Câmara Municipal – Começou pelo último assunto abordado, dizendo que não existe nenhum protocolo para a criação de um Polo da Cereja do Museu do Douro em Resende, sendo o Município apenas associado daquele Museu que, numa lógica de museu de território, definiu inicialmente com um dos seus objectivos a criação de diferentes polos da sua própria actividade nos diferentes concelhos em que tinha de actuar. Não é previsível que nos tempos mais próximos esse polo possa ser concretizado pelo Museu do Douro, por razões que têm a ver com a sua própria estrutura de funcionamento e com a falta de previsão de investimento em Resende. Entende que não se deve esperar eternamente pelas coisas, razão pela qual o Município avançou com o Centro Interpretativo da Cereja, o qual nunca colidirá com qualquer iniciativa que o Museu do Douro venha a encetar, muito antes pelo contrário. Em relação às questões da saúde, referiu que a agenda oficial em relação ao Centro de Saúde de Resende é aquela que foi pública, sem prejuízo naturalmente da abordagem de outros assuntos e que o Plenário sabe perfeitamente qual a sua opinião relativamente ao SAP de Resende, designadamente, que entende que o SAP (que nesta altura constitui 47% dos atendimentos e das consultas do conjunto do Centro de Saúde) é algo que a autarquia tem como prioridade em manter no concelho.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que perante o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente quanto a este último assunto ficava bastante preocupado, na medida em que embora acreditando que zela pelos interesses dos resendenses, não está no seu domínio a decisão sobre o encerramento ou não do SAP. Por outro lado, o facto de terem existido outros assuntos abordados na reunião para além daqueles que constam da agenda que foi tornada pública, permite-lhe poder concluir que a questão do SAP poderá ter sido um desses assuntos, o que lhe cria ainda mais motivos de preocupação. Quanto à questão do Centro Interpretativo da Cereja, referiu que compreende a posição tomada pela autarquia, não aguardando pela iniciativa do Museu do Douro, entendendo todavia que era perfeitamente conciliável uma acção conjunta, uma vez que esteve recentemente com o Director daquele Museu e, quando na qualidade de membro da Assembleia Municipal lhe perguntou qual era o ponto da situação em relação a Resende, aquele lhe confirmou que o Museu do Douro continua a ter na sua agenda a questão do Núcleo da Cereja, manifestando até a sua surpresa quanto à iniciativa da autarquia. Concluiu dizendo uma vez mais que se a Câmara



encontrou local e financiamento para a instalação do Centro Interpretativo da Cereja, deveria ter-se feito acompanhar de todo o *know how* que o Museu do Douro tem ao seu alcance e assim realizar um trabalho em rede no âmbito de uma região que é a nossa do Douro.-----

Presidente da Câmara Municipal – Explicitou que aquilo que afirmou é muito claro e que naturalmente não há melhor ponto de rede em Resende para o Museu do Douro que o nosso próprio Museu Municipal. Se houver alguma iniciativa do Museu do Douro, com investimento do Museu do Douro, nós estaremos prontos para a acolher, o que não invalida que a câmara faça o seu próprio caminho, como é exemplo do Centro de Cerâmica que será instalado em São João de Fontoura, numa lógica de potenciar o nosso Museu Municipal. Voltando ao assunto do Centro de Saúde e do SAP, voltou a dizer que todos sabem qual é a sua posição e que a questão que se coloca neste momento é a posição da Câmara Municipal de Resende, entendendo que não tem de falar neste momento por mais ninguém, nem tem de relevar questões que neste momento não estão na agenda. Se as pessoas ficam preocupadas, aconselha-as a rever aquilo que foi a história desta Assembleia no anterior mandato, em que permanentemente o executivo foi confrontado com a questão do SAP e onde consta a sua posição assumida desde sempre. Entende ainda que o esclarecimento solicitado pelo Senhor Arquitecto Paulo Moura não foi feito por preocupação, mas sim para tentar encontrar alguma contradição ou alguma coisa que o anime, que neste caso seria o fecho do SAP, mas que se no futuro formos confrontados com esta ou outras matérias cá estaremos.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Considerou que as palavras proferidas pelo Senhor Presidente quando disse que ele ficaria satisfeito com o fecho do SAP são de enorme gravidade, acrescentando que o Senhor Presidente provavelmente estará habituado a um registo e a um léxico político que não é o da bancada do PSD, sendo certo que o que move a bancada do PSD são os verdadeiros interesses da população resendense. Disse ainda que foi o facto de o Senhor Presidente ter reunido com o Senhor Secretário de Estado da Saúde (com quem discutiu questões importantes, que louvou) que o levou a pedir que esclarecesse a Assembleia, na qualidade de interlocutor dos nossos eleitores, se a questão do encerramento do SAP, que não está no âmbito do Presidente da Câmara e a ele não será cobrada, está ou não em cima da mesa.-----

Presidente da Câmara Municipal – Registou a irritação do Senhor Arquitecto Paulo Moura e transmitiu-lhe que entende que o seu incómodo relativamente à forma como as coisas estão a decorrer em Resende relativamente às questões da saúde tem algum paralelo com aquilo que foi o comportamento da bancada do PSD no mandato anterior. Disse ainda que não tem por hábito falar das coisas de uma forma irredutível e fundamentalista, antes optando por uma lógica de prudência numa matéria que não é fácil e cujo futuro sabe que não depende dele.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Alegando defesa da honra, disse que não podia admitir que este assunto fosse encerrado com a ideia que o Senhor Presidente da Câmara transmitiu de que a sua irritação, que é legítima, tinha apenas por base o “registo politiquero” que muitas vezes move outras pessoas, mas que não é o da bancada do PSD. A sua irritação tem a ver com o facto do Senhor Presidente ter afirmado que ele estaria satisfeito com o encerramento do SAP,



como se alguma pessoa de bem pudesse dizer a outra, mesmo no combate político, que esta está a favor do encerramento do SAP e contra a população. É neste repúdio que assenta a defesa da sua honra.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte exposição:-----

“Verificamos, no documento que instrui este ponto, a referência que se encontra em fase final de elaboração o processo de “Parceria Publica Privada do aproveitamento do recurso termal de Caldas de Arêgos” com a Deloitte e Associados, S.A. No entanto, na última reunião ordinária do executivo camarário realizada no passado dia 22 de Fevereiro, o Sr. Presidente da Câmara informou os Srs. Vereadores que o mesmo estudo estava concluído e que o mesmo estaria já a sustentar a procura de um “investidor” ou “parceiro” para as Termas de Arêgos, tendo inclusive referido, ter sido entregue para o mesmo efeito, ao Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP. Considerando estas afirmações, a Bancada do PSD manifesta a nosso veemente protesto pelo procedimento, que desrespeita os diversos órgãos municipais eleitos, uma vez que o referido documento não mereceu ainda a aprovação do executivo nem a sua discussão em Assembleia Municipal. Não serve sequer de qualquer atenuante para o sucedido, a iniciativa pseudo-disponível do Sr. Presidente da Câmara em mostrar o estudo de forma “informal”, conforme a classificou, aos vereadores da oposição. Em cima da mesa está a definição de um modelo, que os membros eleitos pelo PSD sempre defenderam como indispensável, desde logo, à fundamentação da própria aquisição das Termas, evitando a situação em que se caiu e que a iniciativa do promover o estudo procura rectificar, e que já não evita todos os custos - também financeiros - de uma gestão sem rede e carente de uma estratégia de fundo. Não podemos esperar, e o tratamento deste *dossier* pelo executivo assim o tem aconselhado, que sejamos confrontados, com um pacote definido nos bastidores de “modelo + parceiro”, ou, ainda mais grave, de um modelo definido pelo parceiro, sem a sua prévia discussão. Assim, em cumprimento das regras democraticamente estabelecidas, solicitamos, que se de facto o estudo se encontra concluído, o mesmo venha a conhecimento para análise e aprovação. Pelo que, serve a presente exposição como requerimento à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que, no âmbito das suas competências e respeito por este órgão, diligencie nesse sentido.”-----



Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu que apenas informou a Câmara do ponto da situação de todo o dossier do Empreendimento Turístico de Caldas de Aregos, não tendo procedido à entrega de nenhum documento ao Presidente do AICEP. Ao Dr. Basílio Horta apenas lhe fez a apresentação daquilo que é o investimento pretendido e os contornos gerais de toda a operação, tendo inclusive, na qualidade de Presidente da AMVDS, convidado o Presidente da AICEP a visitar a nossa região. Concluiu, informando que relativamente ao processo de Caldas de Aregos o processo ainda não está concluído, existindo apenas um “draft” e que o assunto será objecto de uma apresentação informal aos membros dos Órgãos Autárquicos, antes da sua aprovação.-----

C.2. ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A MOVIJOVEM – CARTÃO JOVEM MUNICIPAL E.Y.C.;--

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, remetida pelo executivo camarário, uma proposta de aprovação das vantagens associadas ao Cartão Jovem Municipal que implicam redução de 10% nas taxas municipais, nas quais estão incluídas, para além das nele previstas, as constantes do Capítulo II (Edificação e Urbanização) da Tabela anexa o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.3. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2010;-----

Foi presente, para conhecimento o relatório em epígrafe.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento.-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 17h30, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU